

Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica

Caion Meneguello Natal

Mestrando em história pela Unicamp

Resumo

Este artigo trata da cidade de Ouro Preto nos anos subseqüentes à perda de seu status de capital, isto é, fins do século XIX e primeira década do século seguinte. Este período marca os primeiros discursos que irão valorizar a antiga sede de Minas Gerais segundo seus traços históricos. A partir da transferência da sede política mineira, que saía de Ouro Preto para estabelecer-se em Belo Horizonte (dezembro de 1897), inicia-se um processo de construção da imagem histórica concernente à cidade em questão. Portanto, o presente trabalho busca mapear as vozes pioneiras que significaram Ouro Preto do ponto de vista de seu valor histórico.

Abstract

This article is about the city of Ouro Preto in the early years after it loses its status of a capital, it means the end of the XIX century and the first decade of the following century. This period fixes the first speeches which will develop the old seat of Minas Gerais according to its historical features. With the transference of the Minas Gerais' political seat from Ouro Preto to Belo Horizonte in December 1897, it begins a process of constructing an image of Ouro Preto as a historical city. Therefore, this work aims to map the pioneer voices which meant Ouro Preto by the point of view of its historical values.

1. Entre a memória e o esquecimento

A mudança da capital mineira já estava prevista na primeira constituição republicana do Estado, promulgada em 1891. Belo Horizonte, a nova capital, começa a ser construída em fevereiro de 1894¹. Com a perda da centralidade política e administrativa, Ouro Preto submerge em um período de esquecimento, estigmatizada como cidade decadente, velha, atrasada².

Pretendemos mostrar que o esquecimento que rondou Ouro Preto no período em questão foi o que motivou sua rememoração, sua revitalização: a cidade passa a ser revista e lembrada porque fora alvo do esquecimento; ela passa a significar um artefato digno de preservação devido à sua estagnação e decadência. Aquilo que, num primeiro momento, fez de Ouro Preto a imagem da decadência e do atraso, passa a servir como atributo de sua grandeza e dignidade histórica.

¹ Custou aos cofres públicos aproximadamente, em valores da época, 33.073:000\$000. Ver A Gazeta, Ano I, 1904, nº17. Hemeroteca Pública de Belo Horizonte.

² *“De modo que Ouro Preto é isso, muito triste. Com a mudança da capital, as ruas cheias de mato, em frente à minha casa, onde eu morava, tinha um pé de trepadeira, já tinha mato mesmo, no meio da rua.”* (sic) (Barbosa, 1993, p.20. Depoimento de Dona Abigail Dias).

Deste modo, com a fundação de Belo Horizonte, Ouro Preto é esquecida, para, com o passar dos anos, ser lembrada e reinventada como representante de um passado majestoso.

No início do século XX, depois de sofrer com a perda do status de sede político-administrativa, Ouro Preto sucumbe a um período de crise, pautado, principalmente, pelo esvaziamento populacional, pois a maior parte de sua população muda-se para Belo Horizonte e para regiões economicamente mais prósperas, como é o caso da Zona da Mata e sul de Minas, e pela falta de uma atividade econômica de peso. A cidade encontrava-se em franco processo de depauperação à época da transferência da capital; sua população variava em torno de 10.0000 almas; isto significava um decréscimo de cerca de 45 % de sua população³. Além dos funcionários públicos, que migravam para Belo Horizonte, comerciantes e profissionais liberais também se mudavam a outras plagas em busca de melhores mercados; consta-se que houve uma crescente desvalorização dos imóveis da cidade, o mato crescia em meio às ruas depredadas, obras embargadas pontuavam o tecido urbano, complementando o cenário de desolação⁴.

“A construção da nova capital e o êxodo que se seguiu – calcula-se que mais de 45% da população tenha emigrado – vão colocar Ouro Preto em uma espécie de limbo, um local fora do tempo. Não sendo mais desse tempo, de que tempo seria esse lugar? Começam as evocações de glórias passadas e as constantes referências à sua história, e Ouro Preto vai se distanciando, perdendo sua consistência e completude, enfumaçando-se por ação dos discursos. Como se já tivesse cumprido seu papel, dissolve-se nas brumas do passado. À cidade da História, que transparece nos discursos e homenagens, contrapõe-se a cidade real que, por vazia e destituída de vitalidade, vai se deteriorando fisicamente.” (Meniconi, p. 68, 1999).

Esse período, onde grassava na cidade um ambiente de abandono e melancolia, propicia atitudes em prol de sua recuperação, de sua reinvenção, de sua sacralização. Agora, em nome de seu passado de lutas, de sua história, Ouro Preto necessitava com urgência retomar sua relevância frente às cidades brasileiras; mas, para isto, era preciso encontrar uma atividade econômica de peso e honrar em seu presente os legados de seu passado.

“Despida das velhas regalias de capital, tem a velha Ouro Preto passado fases difíceis e lutando com milhares de embaraços para a manutenção do seu acreditado comércio depauperado, devido aos seguidos cortes que sofreu com a despopulação da cidade; mas, mesmo assim, ainda podemos dizer que é uma das principais cidades do Estado. Milhares de promessas temos tido para o seu engrandecimento industrial, mas sempre vamos na mesma, como outrora os lusitanos à espera da vinda de D. Sebastião! Agora o que nos faz crer, já surgiu um raio de esperança, segundo o criterioso governo do Dr. João Pinheiro⁵,

³ Ver Oliveira, 2005.

⁴ Ver Fonseca, op. cit., p.85.

⁵ O governo de João Pinheiro ficou reconhecido como o início de um período de políticas desenvolvimentistas em Minas Gerais. Buscando reaquecer a economia mineira, tal política primava pelo aspecto econômico; baseava-se, sobretudo,

que tem mostrado interesse pelo seu elemento progressivo. Sendo assim, voltaremos muito em breve a ostentar o nosso glorioso passado tradicional.” (Diário de Notícias, Ano I, nº15, Belo Horizonte, 9 de março de 1907, p.2. Hemeroteca Pública de Belo Horizonte)

A decadência atua em função do renascimento da cidade. Em decorrência da busca de um renascimento, eis que surge, aliada à valorização da cidade colonial, de sua estética urbano-arquitetônica, a perspectiva de se retomar as atividades mineradoras para reavivar o desenvolvimento ouropretano.

“Como é sabido, nenhuma questão se apresenta mais momentosa para Ouro Preto do que a mineração, por certo, destinada a reparar os males de que ressentiu-se a cidade com a mudança da capital.

“Essa questão, do mais elevado alcance, não só para o município de Ouro Preto, mas ainda para todo o Estado, tem sido ativa e desveladamente defendida pelo infatigável Sr. Alcides Medrado, concessionário do privilégio para a exploração do Ouro na sesmaria municipal.

“Existem, entretanto, encravadas nessa concessão diversas datas minerais remotamente concedidas, condenadas a inteiro abandono pelos seus proprietários e que até agora jazeram inúteis, já pelas dificuldades de serem trabalhadas, já mesmo por não se lhes tiverem prestado mínima atenção.” (Jornal Mineiro, Ano II, nº73, Ouro Preto, 12 de fevereiro de 1899, p.1. Hemeroteca Pública de Belo Horizonte)

A idéia de progresso nunca deixou de povoar os horizontes da sociedade ouropretana. Mesmo depois de fundada a nova capital, se procurava por soluções para remediar sua estagnação econômica. A esperança da recuperação das atividades auríferas sempre esteve presente no imaginário daqueles que ansiavam por uma mudança nos rumos da cidade. Desde seu decréscimo, no terceiro quartel do século XVIII, a mineração era uma possibilidade ansiada e perseguida em Ouro Preto. Retomar os áureos tempos fazia parte das ansiedades que rondavam a cidade no começo do século XX, porém, tal retomada trazia em seu bojo um elemento diferenciador: a visão da cidade como objeto de arte e símbolo histórico. O progresso da cidade deveria trabalhar em nome de um passado glorioso e em função de uma beleza sem igual. O que a cidade representava deveria ser mantido; logo, a cidade deveria ser preservada. A dignidade

no protecionismo à indústria incipiente, tanto de bens de consumo como de bens de produção, no incentivo em larga escala do Estado à agricultura, no investimento em educação, na construção de ferrovias e no investimento em transporte de modo geral, bem como na modernização da sociedade compreendida dentro dos preceitos positivistas de progresso. João Pinheiro assume a presidência de Minas em 1906, deixando o cargo dois anos depois por falecimento. Ver Gomes, 2005. Sobre uma visita que João Pinheiro fez a Ouro Preto, o Diário do Povo publicou a seguinte nota: *“Gratas reminiscências, felizes recordações devia certamente ter suscitado no espírito de Vossa excelência a velha e lendária terra, que foi o berço de seus sonhos republicanos, que foi o teatro das suas primeiras lutas em prol do novo ideal, que assistiu todo o início feliz da sua vida política.* *“O passado inteiro devia voltar-lhe de pronto ao espírito, nos belos dias da graciosa cidade, nessa época de agitação e de lutas fecundas, nesses períodos de vida intensa, como um cenário longínquo, apagado, quase extinto, é certo, mas em que o coração se compraz, sentindo vibrarem-se as suas vidas mais íntimas ao impulso de pungitiva saudade.* *“Foi, certamente, sob o influxo dessas emoções que Vossa Excelência saudou a antiga metrópole de Minas, como uma relíquia sagrada que era preciso conservar, como um escrínio precioso de gloriosas tradições, patrimônio inviolável da geração que passa.”* (Diário do Povo, Ano I, nº1, Belo Horizonte, 7 de setembro de 1907, p.3. Hemeroteca Pública de Belo Horizonte)

histórica de Ouro Preto, de seus prédios, suas vias, seu espaço enfim, passa a constituir a visão principal sobre a cidade. Embora o progresso fosse ansiado, era a sacralização de Ouro Preto como cidade histórica, a luta contra a ação do tempo e a favor da conservação, que começavam a vir à tona nos discursos que focavam a cidade no período em questão.

“(...) É digna de outra sorte a ex-capital de Minas. (...) Seu progresso não é apenas uma necessidade urgente; é também um dever imposto a todo brasileiro, porque se o Brasil, devido às suas nobres cogitações, foi considerado como um horizonte onde se divisaram grandes encantos, Ouro Preto foi sem dúvida o sol que brilhou e extasiou nesse horizonte.

“De Ouro Preto, todos sabem, partiu aquela luz brilhante que iluminou o caminho que o povo brasileiro devia palmilhar quando, constrangido e humilhado, o Brasil suportava o jugo tremendo de uma política colonial tirânica. Sim! De Ouro Preto partiu a idéia da liberdade nacional! A ex-capital de Minas é, portanto um redil suntuoso, é o sacrário das mais sublimes tradições.

“Se o povo brasileiro tem, portanto, a obrigação de venerar e amparar Ouro Preto como foco de idéias luminosas, como explicar o descaso implacável com que é tratado tudo que diz respeito aos interesses de tão gloriosa cidade? Como explicar sua decadência?

“Vítima de odiosos caprichos, de uma animosidade brutal, Ouro Preto retrograda célebre, marcha, a passos de gigante, para o completo aniquilamento.(...)”

“A minh’alma de moço completamente absorvida na contemplação do passado de Ouro Preto brada contra o desprezo estúpido votado a tão histórica cidade.

“Desprezar, porém, um lugar onde só tem guarida os belos ideais e de onde só irradiam nobres ensinamentos, não é apenas um procedimento detestável, é mais que isso, é um crime imperdoável!

“Tudo aquilo que célebre deve merecer a atenção dos povos. Ora, é sabido que os fatos edificantes celebram e santificam a materialidade dos lugares em que eles se dão.

“Se isso é uma asserção verídica, razoável e inconcussa, segue-se que Ouro Preto é a cidade que no Brasil mais veneração merece, porquanto nela sempre se defendeu, com o mais ardoroso patriotismo, tudo que de mais grandioso se nota na história do Brasil.

(...)

“Se invocarmos o passado glorioso de Ouro Preto, verificaremos que ele ostenta o que de mais sublime se pode desejar na história dos povos. Interroguem ao futuro.

“Se consentirmos que uma cidade tão célebre como Ouro Preto se arruíne, que dirão de nós os vindouros? Maldirão, certamente, nossa conduta, inculcar-nos-ão como causa do atraso da rotina da pátria.” (Jornal Independência, número único, Ouro Preto, 7 de setembro de 1907, pp.2-3, discurso de Olympio Cardoso. Hemeroteca Pública de Belo Horizonte)

Em 1897 é fundada Belo Horizonte. Ouro Preto adentra um período de ostracismo e melancolia⁶. No entanto, o esquecimento que espreitava a cidade atuará como catalisador de sua reinvenção: lutar contra o esquecimento motivou a construção de uma nova visão sobre a antiga capital mineira; seu passado torna-se o motivo de sua preservação arquitetônica.

De cidade jogada no limbo do tempo, Ouro Preto transformar-se-ia em suporte de uma memória histórica e coletiva, ou seja, um “lugar da memória”⁷. Aqui, o perigo da ruína completa e do esquecimento gera as condições de construção de uma imagem histórica. Justamente por ter perdido seu papel de centralidade política, e adentrado um período de perdas econômicas, é que Ouro Preto irá constituir-se como um “lugar da memória”. A perspectiva da ruína e do esquecimento atua em função de sua rememoração e de seu simbolismo histórico: a cidade passa a ser vista como vestígio de um passado porque atesta em sua materialidade as mudanças que se deram no tempo, isto é, ela serve como prova, como testemunho da passagem e das cisões temporais pelas quais a história se constrói⁸.

Já não mais sendo a capital de Minas Gerais, mas sendo uma cidade “antiga”, e representando, pela sua arquitetura, a imagem de um mundo pretérito, Ouro Preto será pronunciada como a cidade guardiã de uma memória histórica que resiste aos processos sociais destrutivos do mundo moderno. O “lugar da memória” surge, assim, do que sobrevive, ou remanesce, ao tempo destruidor da modernidade. Ou seja, o surgimento da cidade histórica depende desse processo temporal mutante, que gera as condições, pela própria dramaticidade e vigor de suas mudanças, de se elencar e eleger os resquícios pretéritos que resistem no presente, mas que foram engendrados em outrora. Quanto maior for o ritmo das mudanças, maior será a produção desses resquícios que servirão como “lugares da memória” ou testemunhos de um passado histórico.

O paradoxo de tal equação está no fato de que os mesmos fatores que contribuem para o esquecimento, para a ruptura do presente com o passado, ou seja, as mudanças desencadeadas pela sociedade industrial, servem como êmulos na reconstrução desse passado cindido, dessas memórias em vias de esboroamento. Na medida em que se rompe com o passado, estabelece-se uma perspectiva de distancia e diferença, de alteridade, entre o agora e o antes que servirá de fonte para as rememorações e as construções de símbolos que servirão como condutores de uma narrativa histórica. A perspectiva de distância e diferença, de ruptura portanto, entre presente e passado gera a noção de tempo histórico e faz com que busquemos em nosso vário passado as referências devidas para cerzir a linha do tempo, para alinhar uma continuidade temporal, que vem do passado e culmina no presente, de modo a conceder um sentido a nosso presente. Busca-se, através das fissuras do passado, construir uma história, ou melhor, uma narrativa

⁶ “Muita gente foi embora; o serviço aqui tava difícil; pra arranjar um serviço, aqui era difícil... a coisa era feia. Não tinha nada.” (sic) (Idem, p.20. Depoimento de João Batista Lima).

⁷ Nora, 1996.

⁸ Ginzburg, 2002.

histórica que dê conta de nos fazer compreender o mundo caótico e mutante em que vivemos⁹. A esta narrativa que alinhava passado e presente por meio de referências evocadas de tempos anteriores, damos o nome de tradição¹⁰. Ocorre que esta tradição pauta-se na construção de uma memória histórica, e aqui cabe diferenciar memória social de memória histórica¹¹.

Grosso modo, a memória diz respeito às experiências que o indivíduo retém de suas vivências num dado meio social. A memória desse indivíduo tem um caráter coletivo, pois toda experiência pressupõe um campo de partilha e de aprendizado. Em outras palavras, a experiência de um indivíduo decorre de suas vivências em um espaço comum: o indivíduo possui a memória que é compartilhada com outros indivíduos de seu grupo social, de seus espaços de sociabilidade. A memória possui, portanto, um caráter afetivo e identitário marcante, pois concerne a todo universo social de uma pessoa, seus valores, seus códigos morais, seus hábitos, etc. Podemos afirmar, então, que a memória de um indivíduo é, sobretudo, uma memória social, já que partilhada com indivíduos que freqüentam os mesmo espaços e comungam de discursos e linguagens semelhantes¹².

“A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (Bosi, 1994, p.54).

Considerando que estes espaços de sociabilidade, onde se dão as experiências e memórias coletivas, encontram-se constantemente sob o perigo de soçobrar, de não resistir aos abalos da temporalidade moderna, logo, a própria memória social também corre o risco de aniquilamento, ruindo consigo as identidades individuais e grupais. A falência ou a obsolescência desses espaços de sociabilidade decretam a ruína da memória e da identidade do homem moderno, que não se reconhece mais no mundo em que vive. Os mecanismos de trabalho e as mudanças sociais da modernidade imprimem um rimo de vida, um ethos sócio-cultural, que

⁹ Segundo Choay, a era da revolução industrial provocou uma drástica ruptura com um mundo anterior. A modernidade seria, então, uma cultura de ruptura temporal, um mundo em constantes transformações. Daí a necessidade em se preservar um passado que está sendo engolido por um mecanismo de mudança inexorável. Em outras palavras, na medida em que as transformações da modernidade se acentuam, o Homem vê a urgência de preservar objetos, tradições, cidades, memórias enfim, de um passado que está em vias de se perder para todo o sempre. A modernidade trás em seu rastro de destruição e mudança os resquícios e as marcas de um passado distanciado do presente, de um tempo fraturado que deve ser conservado, ou reconstituído (restaurado), como forma de resgatar uma identidade histórica e memorial. Se referindo à Europa, Choay diz o seguinte: *“A estrutura urbana pré-industrial e sobretudo as pequenas cidades ainda quase intactas passavam a ser vistas como frágeis e preciosos vestígios de um estilo de vida original, de uma cultura prestes a desaparecer, que deveria ser protegidos incondicionalmente e, nos casos extremos, postos de lado ou transformados em museu”* (Choay, 2001, p.193). Sobre o mundo moderno e sua dinâmica mutante, segundo a qual as obras e costumes do passado tendem a soçobrar, resultando em uma clivagem entre o antes e o depois, numa relação de alteridade entre passado e presente, me baseio principalmente nos trabalhos de Arendt, 2001, Berman, 1986, Benjamin, 1986, Foucault, 1999.

¹⁰ Hobsbawm, 1997.

¹¹ Tanto a memória histórica quanto a memória social possuem um caráter coletivo. A divisão terminológica da memória entre memória social e memória histórica constitui uma escolha nossa; a construção de tais termos partiu da necessidade de diferenciar a memória dos grupos sociais, a que chamamos de memória social, da memória produzida pelos aparatos oficiais de poder, a que chamamos de memória histórica. Essa divisão, deve-se frisar, responde a uma melhor fluência da argumentação; trata-se de um recurso didático, e não provém de um sistema teórico ou conceitual mais amplo.

¹² Ver Halwachs, 1990; Bosi, 1994.

atomiza as pessoas, isolando-as de espaços sociais de partilha, de modo a impedir que se troquem experiências e que se formem memórias coletivas sociais¹³.

Uma vez enfraquecidas as experiências que cada indivíduo possui com seu grupo, ou mesmo findas estas experiências, esses indivíduos se vêem órfãos de si mesmos, alijados, alienados, exilados em seu próprio mundo. Para preencher essa lacuna de referências identitárias e grupais, se inventam as memórias históricas. Estas consistem em símbolos que transcendem as experiências e vivências espontâneas do indivíduo; é uma construção a priori que articula passado e presente numa postura deliberada de encobrir diferenças e pacificar conflitos. Sob a égide de uma memória histórica, se conglopera os mais distintos e conflituosos segmentos sociais; a memória histórica dita uma história que impõe uma identidade a toda a sociedade; não tem a ver com a substância mesma da memória social, qual sejam, as vivências cotidianas de cada pessoa, seus dramas particulares, suas alegrias e decepções, suas contradições, suas experiências coletivas e múltiplas.

Ao contrário, como construção deliberada e apriorística, a memória histórica quer-se unívoca, totalitária e coerente; fazendo-se em tom oficial, ela dita as formas do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido, e busca no passado o que mais lhe convém ser retido. A memória histórica diz respeito à história dos vencedores: é uma produção voluntária do passado. Sua retórica pauta-se pela escolha de referências que atestem uma história dos grandes feitos, dos grandes heróis. A memória histórica, enfim, deve ser compreendida dentro dos esforços de construção de uma nacionalidade. De caráter ideológico, a memória histórica pretende tecer uma memória que diga respeito a todos os cidadãos de uma nação, e que faça com que tais cidadãos se reconheçam como pertencente a essa nação, a essa memória.

Enquanto a memória pessoal ou social, como queiram, é fluida, elíptica, variada, imprecisa, espontânea, cheia de lapsos e lacunas, a memória histórica quer-se rígida, fechada, deliberada, verdadeira, definitiva, incontestável, unificadora, clara, uma memória que traduza exatamente o passado em sua inteireza, real e objetivamente. A memória histórica é veiculada pelo discurso dominante e manipula o passado a fim de confeccionar uma auto-imagem que seja legitimadora, e que opere como identidade de toda a nação. As memórias dos diversos grupos sociais que compõem uma nação não entram em jogo na construção da memória histórica nacional, ao contrário, são simplesmente transpostas, suprimidas, diluídas, silenciadas ou ignoradas.

Assim, os “lugares de memória” surgem para encobrir as lacunas deixadas pelo tempo e satisfazer as demandas de uma imagem nacional, de uma identidade coletiva totalizadora. Sob o ponto de vista da memória histórica é que se vão estabelecer os “lugares da memória”, isto é, os lugares que contêm a história que se deve contar, que é permitida narrar, pois que responde aos objetivos do discurso nacionalista oficial.

¹³ Sennet, 1999.

“Assim é que a sociedade completamente historicizada, destruindo continuamente os vínculos coletivos da memória, acaba por criar uma nova percepção histórica, que buscará recriar o campo da memória em lugares bastante particulares. (...) Em outras palavras, se a sociedade histórica destrói as bases da memória coletiva espontânea, ela ao mesmo tempo desenvolve uma percepção histórica que, diante do perigo de uma perda definitiva do passado, começa a recriar deliberadamente lugares de memória” (De Decca, 1992, p.131).

Por conseguinte, eleger “lugares de memória” é apropriar-se simbolicamente de objetos e artefatos que pertenceram a épocas passadas, ou seja, forma tecidos em mundos que sofreram as escleroses do tempo, em mundos que já não existem ou que se tornaram obsoletos, mas que, por outro lado, ajudam, com seus resquícios, a iluminar e dar sentido ao mundo presente. Como Ouro Preto, os “lugares da memória” são referências, signos, chaves de compreensão desse mesmo presente. A construção da memória histórica é, portanto, um trabalho do presente, feito em função deste. Devemos compreender essa construção, esse trabalho da memória, como uma maneira de dar inteligibilidade e sentido ao presente; o presente é revisto à luz do passado, e a história é feita conforme as escolhas e as indagações, as demandas enfim, postas no presente¹⁴.

Dessa forma, os discursos de preservação surgem em um contexto marcado pelo rápido desaparecimento de objetos ou obras humanas que testemunham um passado, e que, em decorrência desse passado, contém em sua integridade física um referencial identitário vital ao presente. Portanto, os discursos e mais tarde as ações preservacionistas atestam a necessidade de lutar contra um processo sócio-cultural demolidor, visando salvar desse processo as manifestações e obras humanas que se prolongam através dos tempos, mas que estão prestes a se perderem. Dentre esses objetos, manifestações ou obras humanas, estão as cidades consideradas históricas, as quais testemunham, mediante sua forma, imagens valiosas de uma tradição, uma vez que foram erigidas em tempos pretéritos, tempos distanciados das práticas culturais do mundo presente. Arelada à idéia de cidade histórica e à necessidade de preservar tudo que assim for considerado

“está uma concepção moderna de história, em que esta aparece como um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos associados a uma “cultura”, “tradição”, “identidade” ou “memória” nacional tendem a se perder. Os remanescentes do passado, assim como as diferenças entre culturas, tenderiam a ser apagadas e substituídas por um espaço marcado pela uniformidade” (Gonçalves, 1996, p.22).

Para compreendermos a cidade histórica, e tudo que tiver este valor, é preciso compreender o caráter historicizante de nossa sociedade. As mudanças constantes pelas quais essa sociedade passa acabam engendrando uma overdose de eventos que, por sua vez, dispõem-se às mais variadas construções históricas. O tempo histórico é permeado e fomentado pela mudança, pela produção de eventos distintos e singulares, por assim dizer, e pela ruptura

¹⁴ Pesavento, 1999.

entre um agora e um antes, que é alteridade. O contraste advindo dessa ruptura compõe a perspectiva de que temos um passado e de que podemos e devemos concebê-lo ligado ao presente, por mais que este passado seja distinto do presente (é esta cesura que gera a necessidade de correspondência entre os tempos). Essa ligação, ou seja, essa continuidade dá-se pela narrativa histórica, pela percepção de que temos um passado diferente e distanciado do agora, mas que, pela própria diferença, faz compreensível este agora, e também pela eleição daquilo que constitui os referenciais, marcas ou vestígios pretéritos (signos históricos). Vale ressaltar que esta eleição pressupõe esquecimento, pois se trata de uma escolha, de um recorte: é o esquecimento, enfim, que incentiva a memória histórica e o ato de lembrar¹⁵.

Voltando a Ouro Preto, é justamente por ter sido a cidade condenada a perdas políticas e econômicas, por ter sido vítima de uma estagnação e um esquecimento, tornando-se a imagem de um mundo ultrapassado, inexistente, que ela adquire seu valor histórico, representando um passado que pode dizer muito ao presente. Aqui, a história também é produzida de acordo com as preocupações e indagações do presente¹⁶.

Em outras palavras, Ouro Preto passa a representar um lugar onde uma memória histórica teria se preservado, um “lugar de memória”; sua imagem de cidade colonial serve ao presente como um atestado dos feitos passados que refletem os valores constitutivos da identidade mineira e brasileira. Essa identidade está resguardada da ação destrutiva do tempo nos vestígios que lhe foram resistentes; tais vestígios somente resistem porque provêm de uma origem que é tida como pura e incorruptível. Assim, a identidade de um povo, de uma nação, não sofre os abalos do tempo porque enraíza-se num ponto de origem inviolável. A identidade funda-se nessa idéia de uma origem alheia às transformações do devir; um locus de valores puros que delineiam o caráter de uma nação. O mito de origem é um dos principais pressupostos que irá orientar a busca do valor histórico intrínseco nos objetos do passado¹⁷.

Como representante de um tempo distanciado do presente, Ouro Preto simbolizará o lugar de origem da mineiridade e de valores primordiais à nação. À idéia de origem corresponde a de autenticidade. Neste passado original encontram-se os autênticos (verdadeiros) preceitos que garantem a singularidade e a grandeza de uma nação; é nesta origem que a nação se diferencia das demais e assume a sua identidade. Desse modo, Ouro Preto traduziria o autêntico e o singular do brasileiro e do mineiro, e essa autenticidade e singularidade constituem os aspectos centrais de seu valor histórico, uma vez que marcam as diferenças e as fissuras entre o passado e o presente, e permitem reconhecer a cidade como objeto de outrora. Nesse sentido, podemos afirmar que o valor artístico que também será atribuído a Ouro Preto está estreitamente vinculado ao valor histórico. Trata-se de uma invenção histórica, ou seja, da construção de um olhar: a

¹⁵ Sobre as relações entre o esquecimento e a recordação, ver Benjamin, 1986.

¹⁶ Estamos nos referindo, neste caso, ao presente de quem, no começo do século XX, procura em Ouro Preto um referencial de passado. Não é ao nosso mundo hodierno que nos referimos quando falamos em presente ou passado.

¹⁷ Bann, 1994; Vernant, 1990; Catroga, 2001.

cidade é vista como depositário de referências estéticas e estilísticas pretéritas caras à constituição de uma identidade nacional; seu valor de arte se baseia, primeiramente, em sua imagem de “lugar da memória”, isto é, um lugar onde valores artísticos autenticamente nacionais, legítimos, puros e fundamentais, pois que pertencentes à origem da nação, estão salvaguardados da ação derrisória do tempo. O estilo barroco-colonial de Ouro Preto também diria respeito à idéia de origem de um gênio artístico genuinamente brasileiro, que, por isso mesmo, deveria ser preservado. Ver Ouro Preto em seus traços Barrocos, em sua estética singular, significa, então, ver o passado, ou melhor, ver a própria história composta pelos grandes feitos históricos e gestos artísticos que concorrem à formação de um caráter nacional.

Portanto, é sob o ponto de vista de um “lugar de memória” que devemos compreender a construção da imagem de cidade histórica. Embora muitos discursos tragam uma ligação emotiva, afetiva e pessoal com a cidade, é pela esfera de uma identidade maior, nacional ou mineira, que Ouro Preto será evocada, isto é, segundo uma memória histórica coletiva, oficial e nacionalista, como acima foi exposto, e não do ponto de vista de uma memória de grupos sociais ou individual (memória espontânea, cotidiana). A cidade histórica se conforma sobre os pressupostos simbólicos da memória histórica, atua como suporte dessa memória oficial e nacionalista, e não se sustenta em memórias de vivências individuais ou sociais, tal como explicamos anteriormente.

No final do século XIX e início do seguinte, começam, portanto, os discursos que irão culminar na institucionalização do sentido de cidade histórica e patrimônio histórico na década de 1930. Contudo, nos primeiros anos sem o título de capital, é o signo do abandono e do esquecimento, porém da luta contra esse esquecimento, que ronda a antiga capital de Minas Gerais. Às vésperas da inauguração de Belo Horizonte, era Ouro Preto a homenageada, porém, era uma cidade vítima da dramaticidade dos processos modernos de transformação social, a cidade que, ao mesmo tempo, era esquecida e rememorada.

“Avisinha-se o prazo fatal dentro do qual tem de realizar-se a mudança da capital.

O dia 17 de dezembro de 1897 marcará nos fatos históricos da nossa legendária cidade, desta cidade cuja riqueza de passado engrandece o nosso estado, uma das datas mais solenes, mais memoráveis, porque ela representará a separação de um punhado de filhos que, forçados pelo cumprimento do dever, deixam seus lares, recordações e suas tradições em busca de novas plagas, que a lei lhes designou.

Ouro Preto, essa jóia de Minas, berço da liberdade pátria, que em todos os tempos foi com justiça apelidado de magnânimo e hospitaleiro, Ouro Preto, esse recanto sagrado onde se aninharam sempre com ardor as boas e santas causas, Ouro Preto, esse heróico quilombo mineiro, em que milhares de desgraçados condenados ao cativoiro acharam abrigo e refúgio contra o barbarismo escravocrata, vai nesse dia jamais esquecido passar pela dolorosa provação de ver-se deixado, abandonado e votado talvez ao esquecimento.

É que na vida dos povos como na vida dos homens dão-se transformações extremas, metamorfoses, complicadas, em que o bem estar de seus semelhantes obriga muitas vezes o sacrifício da individualidade.

Foi julgada conveniente e de necessidade para o bem do estado a transferência da sede do governo para outro ponto, levantaram-se protestos e reclamações contra essa propaganda, afinal os representantes do povo, os nossos eleitos, julgaram a medida conveniente e útil, e determinaram no nosso pacto fundamental que ela se realizasse.

Nós que ante nos batíamos tenazmente contra a propaganda, curvamo-nos vencidos ante o veredicto do Congresso Constituinte e, com o coração transido de dor, preparamo-nos para receber o golpe que a lei vibrou contra esta cidade, mas que por ser lei devia ser respeitado.

Avisinha-se essa data dolorosa e é mister que Ouro Preto, a antiga Vila Rica, mirando-se no seu passado, saiba ser grande e generosa no momento do sacrifício; é preciso que sua bondosa população mostre-se magnânima e forte, alheia a toda a sorte de ressentimentos, e veja na execução da lei o rigoroso cumprimento de dever, Dura Lex, Sed Lex.

Conhecedores do espírito ordeiro deste povo que tem se imposto, em todas as emergências da vida social, pelo seu brilhante modo de proceder, estamos convencidos de que todos saberão guardar as conveniências tão necessárias a um povo civilizado e, a pesar de vencidos ou contrariados, assistirão a esse cumprimento do dever por parte do governo do nosso estado com toda isenção de ânimo e sem ressentimentos de espécie alguma.

Estamos convencidos de que a transferência da sede do governo se fará de modo mais digno para esta cidade que tem sabido sempre suportar todos os seus revezes com sobrançeria; e nem outro poderá ser o procedimento da sociedade ouropretana.

A nossa cidade tem elementos para prosperar, a sua riqueza em minerais é admirada e decantada no mundo inteiro, e se ela não podia desenvolver e tornar-se uma cidade grande e formosa que atraísse ao seu seio grande população devido exclusivamente à sua topografia, pode entretanto ser o centro de grandes indústrias e tornar-se o tesouro mineiro.

(...)

Ouro Preto fica despojado das regalias de capital do nosso estado, mas ele será o sacrário dos gloriosos despojos históricos de Minas, que só foi grande, só tornou-se conhecida devido à incomparável riqueza da outrora Vila Rica.” (Jornal Mineiro, Ano I, nº10, Ouro Preto, 24 de outubro de 1897, p.1. Hemeroteca Pública de Belo Horizonte)

Vencida pelas contingências de seu tempo, mas preparada para ser reinventada, Ouro Preto figurará como palco célebre dos maiores acontecimentos da história de Minas. Mitos históricos, como Felipe dos Santos, Tiradentes, Aleijadinho, Cláudio Manuel e outros inconfindentes, encarnar-se-iam na imagem da cidade colonial, que, a partir do fim do século,

recebe as áureas de guardiã e representante das mais gloriosas tradições mineiras. Em Ouro Preto, essa antiga e vetusta cidade, a mineiridade encontrará um nicho privilegiado; aqui, a história será evocada pela arquitetura e traçado colonial da cidade, constituindo um fator determinante na sua identidade simbólica; o passado histórico passa a definir a cidade, a delimitando e diferenciando de outras. Ouro Preto torna-se o teatro dos grandes feitos, dos gestos que marcaram a história, o lugar onde se inscreveu tais acontecimentos, a prova autêntica, visível, de fatos históricos que concorreram para a definição da própria identidade do povo mineiro. Remanescente de um passado heróico, a cidade traz em si as reminiscências de sua história, portanto, deve ser vista como relíquia, como peça sagrada, essencial na legitimação da tradição e na construção da identidade mineiras. Aos poucos, a cidade vai sendo compreendida como museu.

Datam da década de 1890 as primeiras atitudes documentadas em relação à valorização histórica de Ouro Preto. E dizer em valorização histórica é referir-se às ações voltadas à distinção de um caráter de testemunho da história, ou de prova documental, genuína e incontestável, imanente à cidade em questão. Para tanto, em 21 de abril de 1893, em data que comemorava a morte do mártir Tiradentes, foi inaugurado em Ouro Preto o monumento em sua homenagem¹⁸, na praça hoje conhecida como Praça Tiradentes. Além de ser eleito como herói nacional republicano, Tiradentes figurava como o representante dos ideais altaneiros da Inconfidência Mineira. Seu monumento servia, assim, como demonstração de respeito pelo regime que se instaurava e também como construção de uma referência histórica central, de um território respeitável por representar valores como patriotismo, liberdade, coragem, luta soberania e tradição. Assim, o mineiro se reconheceria no herói e se identificaria com a cidade.

“Os defensores de Ouro Preto acreditavam na sacralização cívica do mártir Tiradentes, todavia, sacralizada também deveria ser a antiga Vila Rica, berço da luta pela liberdade. Retirar-lhe o status de Sede do Governo Mineiro significaria arrancar de Minas suas raízes, impondo ao mesmo tempo à heróica terra de Tiradentes a mais desalmada crueldade, o abandono.” (Fonseca, 1998, p.70)

As esperanças de salvar Ouro Preto da perda de seu status de capital diminuam conforme o tempo passava; cresciam, contudo, as preocupações em torno de sua valorização histórica. Em 1894, como já foi dito, iniciam-se as obras de construção da nova capital. Neste mesmo ano, atentando para a excelência histórica de Ouro Preto, e criticando a ruína de seu casario e a modernização das cidades brasileiras de modo geral, o chefe do Estado mineiro (conferir o cargo) Cesário Alvim tece o seguinte pronunciamento:

“(...) E a cada construção nova que se levanta, cai uma construção velha, sem que alguém se tenha dado ao trabalho de estudá-la, fixando a sua recordação numa página histórica. Nesses escombros sem história, fica soterrada a última lembrança dos que, bem ou mal, na

¹⁸ Ver A Ordem, Ano IV, nº189, Ouro Preto, 26/12/1892. Hemeroteca Pública de Belo Horizonte.

medida do que puderam, assentaram, suando e penando, na terra virgem do Brasil os alicerces da nossa nacionalidade. No Rio, a monomania da modernização inconsiderada sobe de ponto. Arrasam-se construções coloniais, não para, no seu lugar, se erguerem edifícios em que se não ofendam as leis de higiene e da arquitetura, mas para substituí-las por trambolhos sem arte, sem solidez, sem beleza (...).

“Que temos feito até agora em matéria de arquitetura, que edifícios novos levantamos no Brasil, dignos de serem vistos e admirados, - para que assim demos à face uma expressão ridícula de supremo asco, quando se nos deparam essas deveras e eternas edificações coloniais, como a cadeia de Ouro Preto, fixando uma época, - e, altivas, de pé, protestando soberbamente contra as nossas casinhas de papelão, cheias de afeites e de arrebiques, que lembram o luxo do palavreado fofo e dos trocadilhos reles em que o estilo dos sonetistas gongóricos encobria a inutilidade da idéia e a morbidez do sentimento poético?

“(...) Minas, que é o único Estado em que as tradições ainda se enraízam, deve dar o sinal de alarma em prol da nossa nacionalidade ameaçada. E a primeira medida a tomar para isso é dar o exemplo da regeneração, mostrando como é preciso amar o passado.

“Ouro Preto, por exemplo, já é por si só um grande museu. Mas, como tudo neste museu, anda maltratado e descurado! Nas suas igrejas, as mais belas e curiosas do Brasil, mãos profanas estragaram, com restaurações ineptas, quadros e esculturas de um valor inestimável. A cada canto da cidade encontram-se móveis antiqüíssimos, objetos de arte que se inutilizam à mingua de quem os recolha, verdadeiras preciosidades que será um crime deixar abandonadas à especulação dos antiquários espertos ou à ação terrivelmente destruidora do tempo.” (Opinião Mineira, Ano I, nº1, Ouro Preto, 5 de janeiro de 1894, p.1. Hemeroteca Pública de Belo Horizonte)

O discurso acima demonstra uma clara intenção em ressaltar o caráter histórico de Ouro Preto, além de desferir uma crítica mordaz à destruição de prédios de arquitetura colonial e enaltecer este estilo em detrimento da construção moderna. Embora esse discurso de valorização histórica apareça raramente neste momento, já se pode notar, ainda que tímida, uma mudança de direção na questão sobre a arquitetura e o valor histórico de cidades coloniais como Ouro Preto. É justamente esse tipo de discurso que balizará as intervenções restauradoras efetivadas em Ouro Preto na década de 1920, e embasará o conceito de patrimônio histórico uma década mais tarde.

A idéia de cidade história é a interface da idéia de preservação. Em outras palavras, uma cidade é considerada histórica na medida em que ela deve ser preservada. Mas surgem as seguintes questões: por que preservar uma cidade? Quais os propósitos de mantê-la sem alterações, seja em seu traçado ou em sua arquitetura? No caso específico de Ouro Preto, com a perda de sua centralidade política, muitos discursos a legitimarão enquanto a cidade guardiã das tradições e valores mineiros. A nova concepção que passa a envolver Ouro Preto, a partir da consolidação de Belo Horizonte, é a de que a cidade não deveria mudar sua condição material,

mas sim trazer as marcas do passado em seu traçado e em sua arquitetura. A visibilidade da cidade tal como ela se apresentava era o requisito fundamental de sua identidade histórica.

Em fins do século XIX e começo do XX, Ouro Preto passa a assumir uma imagem cujo principal atributo seria sua imutabilidade como signo da preservação de uma memória histórica; de uma tradição que deveria ser mantida sob pena de se perder um importante elemento constitutivo da identidade mineira. Em Ouro Preto, uma vez preservado seu espaço, a história e a tradição dos mineiros permaneceriam inabaladas pelas mudanças inerentes ao mundo moderno. Assim, se Belo Horizonte simbolizava os feitos e avanços da modernidade, Ouro Preto por seu turno representaria o reduto da história e identidade mineiras, o chão sólido e incorruptível da tradição de Minas Gerais. A cidade seria assim o próprio passado de glórias presentificado, visível em sua forma e arquitetura. O que contava era a visibilidade da cidade: era preciso ler nas ruas e prédios ouropretanos os fatos históricos mais representativos da personalidade e identidades mineiras. Ver a Ouro Preto colonial era sentir sua história¹⁹. Ouro Preto guardaria as peculiaridades do caráter mineiro, os símbolos de uma identidade ou memória social, transformando-se em símbolo vivo de um passado, um lugar repleto de significados históricos, identitários, culturais, etc.

“A cidade passava a ser vista como uma rede de relações diacrônicas e sincrônicas, como lugar: corte estrutural de espaço e tempo, condensação simultânea de vários tempos e valores históricos. O lugar, nesta acepção, se cristaliza por assim dizer impregnando, circunscrevendo um espaço determinado- qualificando-o ao convertê-lo num fato único, sobrecarregado de sentido (histórico, psicológico, etc.), de camadas de significação que ultrapassam o seu ser bruto imediato” (Arantes, 2001, p.158).

Em 1911, Ouro Preto completava 200 anos de existência. Nesta ocasião, foram organizados grandes festejos para comemorar a aludida efeméride. As comemorações de duzentos anos da cidade tiveram enorme importância na sedimentação da sua imagem de núcleo histórico. Vejamos mais de perto como se deram tais festejos.

2. O Bi Centenário de Ouro Preto: os discursos que significam a cidade histórica

As comemorações do bi centenário de Ouro Preto tiveram o apoio do congresso mineiro e da câmara municipal, bem como do Governo Estadual, cujo presidente era Júlio Bueno Brandão, e da prefeitura local, cujo prefeito era Lúcio dos Santos. Uma comissão foi escolhida para organizar os festejos e serviços, tendo como presidente e secretário os senhores Alberto Cintra e Francisco de Paula e Souza respectivamente. A Câmara Municipal de Ouro Preto ficou incumbida

¹⁹ O sentido da visão predominaria, na cultura moderna, sobre os outros sentidos (audição, olfato, paladar e tato) como registro de uma verdade absoluta, como prova cabal e incontestável do real. O visível seria, sobretudo, um axioma. Sobre o tema ver: Choay, 2001; Sôlha, 1998.

de preparar a cidade para receber os visitantes, reparando as ruas, fazendo obras e concertos necessários nos seus edifícios, e nos prédios destinados ao serviço das festas. As igrejas também passaram por reparos e pinturas. Vieram bandas de música de Belo Horizonte, prefeitos, deputados, senadores, imprensa, altos funcionários de toda as partes de Minas Gerais. Os poucos hotéis e posadas que havia em Ouro Preto ficaram completamente lotados; muita gente se hospedou em casas particulares. *“A cidade regurgitava de povo, que desde o dia 5 entrava dos caminhos de Mariana e Antônio Pereira, e dos trens da central, que começaram a vir cheios (...)”* (Senna, 1911, p.320). Ouro Preto ficou repleta de ornamentação e cores novas: foram pintados prédios públicos e particulares. Houve a queima de uma imensa quantidade de fogos de artifício durante toda a duração das festividades. Toda a cidade foi iluminada com lanternas venezianas e a eletricidade²⁰. As comemorações levaram 3 dias, iniciando-se no dia 7 de julho e findando-se no dia 9 do mesmo mês. No dia 8 de julho a capital transferiu-se simbolicamente para Ouro Preto; houve festas populares e exibições de filmes na praça Tiradentes. A cidade foi enfeitada com estandartes e guirlandas, tudo isso para reafirmar seu papel de relevo na história nacional.

“Cumprira a Ouro Preto se apresentar aos olhos de seus hóspedes e convidados na altura de seu passado; e ainda de seu presente, cidade culta, de civilização antiga, povo inteligente e sensível às condições do belo” (Senna, 1991, p.318).

Através dessa solenidade, Ouro Preto seria mostrada para toda a sociedade, não só mineira, mas também brasileira, como a vitrine da história e da tradição, da cultura, da identidade e dos bons costumes do povo mineiro. A exaltação da história ouropretana contribuiria para a educação cívica dos brasileiros (Senna, 1911).

“A idéia de se celebrar a data bicentenária de Ouro Preto, com festas dignas de tão notável efeméride, não foi aventada somente pelos moradores da cidade, mas reclamada por todos os mineiros dentro e fora do Estado (...) A posição especial da cidade na história nacional, o seu título de capital durante dois séculos, quantos Minas existe, impuseram à sua data natalícia o relevo de uma questão patriótica para solenidades, que não tivessem, como não tiveram, cunho algum nativista, senão generalizado e reconhecido, como próprio de todo o povo mineiro” (Senna, 1911, p.315).

Vale dizer da multidão que invadiu toda a cidade para coadunar-se com as festividades. O contingente humano, “jamais visto”, que ocorreu a Ouro Preto na ocasião de seu bi centenário, impressionou por sua participação efusiva e por suas manifestações de apoio e afeto à antiga capital mineira.

“E o que releva notar é que, no seio dessa multidão imensa que enchia a cidade reinava uma atmosfera de amor e admiração pela Velha Heroína, envolvendo-a na mais quente

²⁰ Percebe-se nos discursos que ilustraram o Bi Centenário de Ouro Preto o clima feérico do evento. Sobre o segundo dia de comemoração temos o seguinte relato: *“Um dia esplêndido e ditoso. A cidade ostentava-se engalanada; as ruas toldadas de bandeirolas e flâmulas multicores; e o mais alegre movimento desde cedo em passeios, visitas, e reuniões demandando os sítios históricos, as casas notáveis, as obras de arte”* (Senna, 1911, p.324).

simpatia, no mais carinhoso afeto. Não era uma festa banal, o que se vai pelo prazer fugidivo de alguns momentos. Não; no âmago de todas essas demonstrações sentia-se que palpitava alguma coisa mais que o júbilo comum que anima os divertimentos ordinários. Não; outro intuito mais elevado e mais digno dominava todos os espíritos e agitava todos os corações. Era, primeiro que tudo, uma homenagem ao passado. Comemorando a instalação das primeiras municipalidades mineiras, o povo sentia-se transportado a esse passado remoto tão fértil em ensinamentos, a esse período heróico em que os nossos pais, dotados de uma energia inquebrantável, vencendo todos os obstáculos, lançaram no solo mineiro os alicerces das nossas cidades, os fundamentos do nosso progresso, o gérmen da nossa vida nacional, independente” (Senna, 1911, p.335).

A festividade em pauta não poderia ser algo passageiro, que se esvai no tempo, mas deveria simbolizar um marco na história de Minas Gerais. A partir de então, o significado histórico da cidade seria compreendido, preservado e disseminado por todo território mineiro, ou mesmo brasileiro; este era o objetivo último das comemorações do Bi Centenário de Ouro Preto, ou seja, eternizar a imagem de Ouro Preto enquanto núcleo da cultura e da história do povo mineiro, divinizar um tempo passado, uma tradição. Por isso, a cidade deveria ser preservada, imunizada contra a ação devastadora da modernidade.

Após a mudança da capital e nas primeiras duas décadas do século XX, surge uma série de políticos e intelectuais que irão exaltar os valores históricos e artísticos de Ouro Preto. O livro de Nelson Senna intitulado “Bi-Centenário de Ouro Preto: memória histórica”²¹ constitui-se de uma coletânea de textos ensaísticos escritos por personalidades de relevância política e intelectual como Diogo de Vasconcelos, Nelson Senna, Lúcio dos Santos e Augusto Velloso²² (entre outros), os quais participaram das comemorações do Bi Centenário de Ouro Preto e expressaram em seus textos o valor histórico e artístico desta cidade. O que nos interessa aqui é a relação entre esses discursos e o espaço por eles significado. Os valores expressos mediante os discursos de tais pessoas são relacionados com a historicidade de Ouro Preto; há, portanto, uma fusão/concretização da palavra com o aspecto físico da cidade; esta se tornando, então, a matéria viva e visível da história.

Desse modo, a cidade colonial, o lugar da mineiridade, vem à tona, é vivificada através da apologia de sua história, dos grandes feitos de seus heróis: Aleijadinho, pelo viés artístico, e Tiradentes, como mártir político, são os paradigmas maiores dessa história majestosa que vem inscrita nas pedras e nos espaços da “antiga” Ouro Preto. A Inconfidência Mineira é evocada; o heroísmo e o orgulho são seus atributos fundamentais; a cidade de Ouro Preto conservaria, então, em sua paisagem, os *“belíssimos episódios (...) que podem aquecer o nosso entusiasmo e inflamar o nosso patriotismo”* (Senna, 1911, p.26). Por conseguinte, Vila Rica é presentificada,

²¹ Ver Senna, 1911.

²² Todos nomes de relevância política e intelectual para a sociedade mineira da época. Não Cabe aqui especificar a profissão ou a biografia de cada um desses personagens.

pois “era um centro de cultura; possuía juristas profundos, poetas notáveis, oradores eloqüentes. Havia abundância, conforto, luxo” (Senna, 1911, p.27).

“Várias pontes artísticas em arcos romanos e várias fontes públicas de dar a beber água ao povo, ainda existem na velha cidade ouropretana, atestando o cuidado dos seus antigos edis, que fizeram construir tais obras hoje preciosos monumentos do passado”²³ (Senna, 1911, p.15).

Cláudio de Lima, em tom crítico, afirma o seguinte: “A edacidade do tempo, a indiferença dos homens de hoje e o abandono em que deixamos tudo que é nosso vão destruindo pouco a pouco suas obras valiosas” (Senna, 1911, p.109).

A preocupação em preservar a história ouropretana passa a ser a preocupação em preservar a própria cidade, uma vez que ambas, história e cidade, comporiam juntas a imagem de um passado legendário que deveria ser preservado. O fator físico da cidade, que antes era detratado como obstáculo ao progresso, como lúgubre, melancólico e insalubre, passa a ser valorizado segundo seus riscos pictóricos de inestimável beleza. Ouro Preto vem a ser concebida como peça de exposição de belos panoramas²⁴; o espaço se torna um objeto de fruição estética. A característica estética da cidade reforça sua identidade ímpar, sua particularidade distintiva. O desenho urbano de Ouro Preto é visto agora como a evidencia de uma especificidade, a topografia e a forma urbana não são mais um defeito a ser corrigido, mas uma qualidade a ser apreciada, um elemento visual que atesta a singularidade da cidade e a diferencia da homogeneidade dos traçados urbanos modernos²⁵.

“Fisicamente (Ouro Preto) é mais bela: é original, é superior ao vulgar. O seu aspecto aprazivelmente impressiona, impele a imaginação para supremos devaneios. Sempre a vista é aqui solicitada por alturas, arremessos impetuosos da terra na direção do céu” (Senna, 1911, p. 370).

Diogo de Vasconcellos discursa sobre o valor histórico das obras de arte de Ouro Preto, considerando esta cidade como um monumento do passado, um patrimônio que deveria ser preservado:

²³Aqui já estava presente a idéia de monumento histórico. “A visão da cidade como monumento parece estar, em muitos casos, relacionada com uma compreensão da cidade como obra absoluta e acabada —a cidade ideal -, passível, portanto, de ser reconhecida como excepcional, este lugar cristalizado e imutável do consagrado, seja pelo registro do tombamento ou do inventário” (Casco, 2001, p.97). Essa concepção de cidade monumento, ou monumento histórico, irá prevalecer nos anos 1930, quando das primeiras políticas oficiais de preservação. Não é nosso propósito entrar nessa questão tendo em vista a delimitação temporal desse estudo.

²⁴“A beleza cênica desses panoramas literalmente imobiliza o caminhante embevecido. Agora, ele, como observador, está diante de um belo quadro, que seu olhar esquadrinha atentamente, em todas as direções e sentidos” (Alcântara, 2001, p.185). A cidade como obra de arte é uma idéia que vem no bojo da idéia de cidade histórica; nos núcleos urbanos considerados históricos está latente o pressuposto artístico como marca identitária, que contrapõe cidades históricas às cidades modernas. Ver Sitte, 1992, Argan, 1992.

²⁵A cidade histórica é, portanto, um conjunto de “vestígios capazes de ser reconhecidos, criando um sentido de pertencimento a um território, com base na cultura e na história – referenciais que vinculam o cidadão ao lugar e criam identidades” (Motta, 2002, p.127). Ver também Bresciani, 2002.

“(...) os monumentos, quaisquer que sejam, grandes ou pequenos, bem ou mal acabados, constituem por certo, o patrimônio herdado; e cada um na proporção de seu valor, ou de sua lenda, concorre para o conjunto das tradições, que fizeram desta cidade o centro e o coração da história” (Senna, 1911, p135).

Para Vasconcellos, em Ouro Preto *“não há portanto casa ou rua em que não vibrem recordações as mais caras de um povo”*. A cidade como um todo, no seu entender, compunha um monumento histórico.

Personalidades históricas de vulto, como Tiradentes, Aleijadinho e Felipe dos Santos, eram lembradas por meio da cidade; fatos históricos, que representavam valores morais como liberdade, soberania, dignidade e honra, estariam ligados, intrinsecamente, à materialidade e à espacialidade urbanas.

“Não há com efeito rua, nem casa, que seja omissível numa revista literária tendente a relacionar as recordações ligadas ao movimento dramático da história nesta povoação, da qual fizeram parte os eminentes e mais notáveis vultos do passado. (...) Não há portanto casa ou rua em que não vibrem recordações as mais caras de um povo. (...) Cidade que foi o cérebro organizador da casa mineira, oficina das leis e da ordem, é o maior monumento de seus monumentos. Quando mesmo a fatalidade das circunstâncias fizesse um dia eclipsar a civilização bastaria o testemunho mudo de nossas ruínas para se reatar o passado ao futuro, e o povo mineiro achar o segredo perdido de suas energias.

Se as nossas estátuas são guardas mudas, mas vigilantes da liberdade, as nossas torres, os faróis luminosos que hão de entreter o culto do passado, na marcha animosa do porvir, afugentando o cepticismo e guiando as crenças de nossos destinos” (Vasconcellos, 1934, p.101-102).

Os “lugares” de Ouro Preto seriam, portanto, referências do seu passado glorioso, heróico. Dessa forma, ruas, sítios, ângulos, praças, casas, adros eram associados aos grandes feitos históricos e à existência presente dos heróis do passado, como se uma memória coletiva estivesse sedimentada na concretude da cidade. Essa idéia de trazer o passado ao presente, fazendo-o contínuo, permanente, através da experiência de ver e sentir a cidade, pode ser exemplificada numa das atitudes da prefeitura municipal que consistiu na fixação de placas e bandeiras em diversos locais de Ouro Preto; estas indicavam ilustres nomes de pessoas que vivenciaram um certo fato relevante nestes lugares. As placas avisavam ao transeunte de que naquele local um grande fato acontecera, conforme atestava o nome que era mostrado pelas mesmas placas.

“É assim que no largo da Matriz e passagens adjacentes figuram Philippe dos Santos, Paschoal da Silva, Frei Vicente Botelho e outros vultos de 1720. No Largo da Alegria e rua de São José, liam-se os inconfidentes de 1789, sendo o nome de Tiradentes em escudo

especial, em frente ao lugar onde morou, e o Dr Cláudio Manoel à esquerda do prédio onde foi sacrificado, segundo a tradição. Na rua dos contos e Direita liam-se os nomes dos signatários do termo, ou auto dos instituidores, e primeiros camaristas de Villa Rica. Na rua do ouvidor até a casa que foi do Dr. Cláudio Manoel figuraram os poetas da Arcádia Mineira, os literatos e escritores filhos da cidade. Na rua direita de Antônio Dias até o largo de Marília se viam os bandeirantes, e primeiros povoadores da cidade” (Senna, 1911, p.319).

A representação de Ouro Preto enquanto cidade histórica fundamentava-se na estreita ligação entre o visível e a palavra escrita, como se nos prédios da cidade viessem etiquetados (legíveis) os signos de grandes eventos do passado. A paisagem urbana era agora enaltecida por um discurso que a representava como a realidade de um tempo pretérito. Denominado-se os lugares da cidade, evocar-se-ia e se concretizaria sua história. O espaço urbano passa a ser teatralizado, ou seja, tido como um meio cenográfico onde se poderia ver o próprio passado; a cidade transforma-se em um palco da história.

“O cenário é contudo envolvido e beatífico na sua alegria simples e comunicativa que nos dá vontade de ser como esse passado, simples, aventureiro e alegre, no espreguiçamento espiritual com que nos adaptamos, nos amoldamos, afinal, ao próprio ambiente. Ao contrário do que se pensa, as cidades coloniais de Minas são de uma alegria um tanto solene, mas comunicativa; uma alegria cheia de luz e de sol que nos dá a impressão de cenografia” (Vasconcellos, 1934, p. 13).

Pregava-se também a necessidade de aliança histórica, de uma continuidade, entre Ouro Preto e Belo Horizonte, como se a recente capital fosse o prolongamento da antiga. Dessa forma, os fantasmas da transferência da capital, que envolviam Ouro Preto, seriam exorcizados: esta não seria mais uma cidade renegada, inferiorizada, esquecida, mas sim o suporte moral da cidade moderna, a raiz da mineiridade. Desse modo, aliava-se um discurso progressista, em prol de Belo Horizonte e portanto da cidade moderna, a um discurso de conservação da tradição, tendo em vista a cidade de Ouro Preto. Passado e futuro eram, então, vistos como a face de uma mesma moeda: enquanto Belo Horizonte representava o espírito empreendedor do mineiro, o desenvolvimento econômico, o progresso científico, Ouro Preto representava a raiz desse progresso, o nascedouro da identidade mineira. Tradição e modernidade não deveriam se excluir. *“Convém registrar que não menos entusiastas foram os filhos que os amigos da cidade, sobretudo em Belo Horizonte, confirmando-se que uma cidade é o prolongamento da outra” (Senna, 1911, p.316).* Uma vez estabelecida essa aliança entre o novo e o velho, entre o moderno e o antigo, Ouro Preto era inserida dentro da atualidade como a cidade unida a Belo Horizonte. A aura de cidade decadente que a circundava teria de ser dissipada.

“Espalhava-se e exagerava-se a decadência da cidade; falava-se no desaparecimento da ex-capital; tudo aqui eram ruínas e abandono. E, entretanto, logo que se falou na sua festa, o entusiasmo foi geral. De toda parte recebeu ela adesões, saudações, demonstrações de

carinho de toda a sorte; todas prestaram concurso à sua festa, fazendo com que esta saísse digna das tradições da cidade e do amor do povo” (Senna, 1911, p.336).

O passado precisava ser cristalizado para que as futuras gerações se espelhassem nos heróis, nas tradições, nos grandes e gloriosos feitos pretéritos. E Ouro Preto guardava em seus prédios e vias uma história heróica, a tradição e os valores da civilização mineira.

“Por todos os cantos da velha metrópole se encontra um edifício ligado à tradição; as suas velhas ruas, chafarizes, oratórios; as ruínas de velhas e resistentes construções, os sinais de exploração do ouro, o morro da queimada, o caminho de Mariana, tudo afinal, inspira e recorda o passado” (Vasconcellos, 1934, p.15).

O futuro só seria construído de forma digna e justa a partir da preservação da história, tendo em vista que apenas no correr dos séculos é que se solidificam as tradições, é só na permanência secular, e não na mudança contínua, que se criam os valores de um povo. E Ouro Preto trazia em si as insígnias dessa tradição. Sendo assim, se o passado deveria ser preservado, Ouro Preto deveria ser preservada, já que era esta cidade um cenário deste passado. Lúcio dos Santos enfatiza em seu discurso justamente a necessidade de salvaguardar o passado das contingências do tempo:

“Há alguma coisa que permanece acima de todas as vicissitudes, alguma coisa que sobrenada em todos os naufrágios, que atravessa todas as idades, que sobrevive mesmo à destruição e às ruínas. São as tradições de um povo quando elas podem fazer o seu orgulho e orientar o seu progresso, e quando ele sabe guardá-las, respeitá-las e fazer delas o seu mais sagrado patrimônio” (Senna, 1911, p.350).

No período em questão, já começavam a surgir as primeiras preocupações preservacionistas que serviriam como base para as políticas patrimoniais nacionais da década de 1930; as bases conceituais sobre o que fosse histórico, o que mereceria ser preservado, começavam a ser esboçadas. Porém, não apenas Ouro Preto seria protegida contra a ação do tempo, como todas as cidades erguidas em um período passado e que refletissem em seus espaços as imagens desse período. Ouro Preto seria o paradigma maior da história mineira e brasileira; um modelo de cidade histórica para a nação. Como Diogo de Vasconcellos relata em seu discurso,

“As cidades antigas, berços das nações, são lastros conservadores que resistem à dissolução; padrões genuínos, em que se aferem os caracteres de um povo nas inconstâncias dos tempos (...). Minas achará nas suas cidades antigas os monumentos e ruínas para reaver também os modelos e os pergaminhos pelos quais lhe renasçam as artes e os esplendores da civilização” (Senna, 1911, pp.355-356).

As comemorações do Bi Centenário de Ouro Preto terminaram em 9 de julho. Contudo, a partir de então, uma nova visão da cidade passou a prevalecer na sociedade. A festividade em

pauta, repetindo, serviu como meio de divulgação das primeiras idéias preservacionistas, e a concepção de cidade histórica começava a ganhar corpo e uma melhor definição. Apesar de não haver ainda, por essa época, nenhum projeto de preservação da cidade, podemos afirmar que as preocupações em fazê-lo já estavam lançadas. E tal preocupação fica evidente no pronunciamento do Dr Affonso Celso:

“Em nome de quantos aqui nasceram, viveram, lutaram, sofreram, agiram, sonharam – bandeirantes, poetas, artistas, sacerdotes, jurisconsultos, estadistas, guerreiros- concito todos os que me ouvem, e traduzindo o sentimento acorde dos filhos de Minas, dos bons brasileiros, dos amigos do belo, do nobre e do bem, concito-os a tomarem um compromisso, firmarem juramento, adotarem um imprescindível programa, concretizado neste lema: Reviva Ouro Preto! Sim! Reernga-se Ouro Preto! Ressurja Ouro Preto! Restaure-se Ouro Preto! Basta que o decretem a energia, a coragem, a perseverança mineiras, comprovadas em tamanhas iniciativas e realizações. O declínio de Ouro Preto importa uma iniquidade, uma ingratidão, um sacrilégio (Senna, 1911, p.377).

Em 1916, Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Ataíde, publica, na Revista do Brasil, um artigo denominado “Pelo Passado Nacional”²⁶, cujo objetivo era denunciar o abandono em que se encontravam as obras estéticas e sacras mineiras, incluindo Ouro Preto. Neste artigo, Alceu Amoroso Lima atenta para a importância de se preservar as obras do passado na construção da nacionalidade brasileira, entre tais obras são salientadas as cidades de Ouro Preto e Diamantina.

Em 1919, Mário de Andrade visita Minas Gerais, se dirigindo a Ouro Preto para colher impressões sobre a arquitetura religiosa da cidade. No ano seguinte Mário lança um livro intitulado “A arte religiosa no Brasil”²⁷, onde ele expõe um minucioso estudo sobre a obra de Aleijadinho. Este texto constitui uma das fontes que mais exaltaram as qualidades artísticas e arquitetônicas de Minas Gerais, e foi um dos principais pontos de partida para a preservação destas.

Em 1924, a famosa excursão modernista, capitaneada por Oswald de Andrade, chega a Ouro Preto para fazer um estudo das suas características históricas e de suas riquezas artística e arquitetônica. Nos anos 1920, os discursos em favor da preservação de Ouro Preto se intensificam; no final desta década, são elaborados os primeiros projetos para preservação das edificações civis e religiosas ouropretanas sob a responsabilidade de Gustavo Barroso, o criador, em 1921, do Museu Histórico Nacional. Em 1928, as primeiras intervenções restauradoras são levadas a cabo em Ouro Preto sob a supervisão de Gustavo de Barroso e patrocínio do Governo mineiro: foram restauradas a igreja de Nossa Senhora do Rosário, a capela de São João, a Casa dos Contos e a ponte de São José²⁸.

²⁶Ver lima, 1916.

²⁷Ver Andrade, 1920.

²⁸“(...) reconstroem-se e complementam-se os aspectos originais dessas edificações, perdidos ou alterados ao longo do tempo” (Meniconi, 1999, p.80). Não cabe entrar nos detalhes dos procedimentos de restauração empreendidos em Ouro Preto nesta época. Sobre o tema ver Meniconi, 1999.

Em 1931 e 1932 foram promulgados dois decretos municipais obrigando os moradores a manterem as fachadas coloniais e a adotarem essas fachadas nas novas construções. Em 12 de julho de 1933, com o decreto nº. 22.928, Ouro Preto é decretada oficialmente monumento nacional, passando a ser tutelado pelo Governo Federal, ato este que consolidou seu título de cidade histórica. Em 1937, com a criação do SPHAN, Ouro Preto passa a ficar sobre a guarda de uma instituição federal especializada em preservar os patrimônios históricos brasileiros²⁹.

Fontes

Jornais:

A Gazeta, Ano I, nº17, Belo Horizonte, 1904.

A Ordem, Ano IV, nº189, Ouro Preto, 26/12/1892.

Diário de Notícias, Ano I, nº15, Belo Horizonte, 9 de março de 1907.

Diário do Povo, Ano I, nº1, Belo Horizonte, 7 de setembro de 1907.

Jornal Independência, número único, Ouro Preto, 7 de setembro de 1907.

Jornal Mineiro, Ano I, nº10, Ouro Preto, 24 de outubro de 1897

Jornal Mineiro, Ano II, nº73, Ouro Preto, 12 de fevereiro de 1899.

Opinião Mineira, Ano I, nº1, Ouro Preto, 5 de janeiro de 1894.

Livros e artigos

ANDRADE, Mário de. *Arte religiosa no Brasil*. In: Revista do Brasil, vol.14, nº54. Rio de Janeiro: 1920

LIMA, Alceu de Amoroso. *Pelo passado nacional*. In: Revista do Brasil, Ano I, vol. 3. Rio de Janeiro, 1916.

SENNA, Nelson. *Bi-centenário de Ouro Preto: memória histórica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911.

VASCONCELLOS, Diogo de. *Arte em Ouro Preto: as obras de arte da edição comemorativa do Bi-Centenário de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 1934.

Locais de pesquisa

Biblioteca da Casa dos Contos – Ouro Preto.

Hemeroteca Pública de Belo horizonte – Belo Horizonte.

²⁹As informações contidas neste parágrafo podem ser encontradas mais detalhadamente em um artigo de Lia Motta publicado na revista do IPHAN de número 22. Ver Motta, 1987. Sobre a criação do SPHAN ver Gonçalves, 1996 e Shiavo, 1997.

Bibliografia

- ALCÂNTARA, Antônio Pedro Gomes de. *A aparência das coisas*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional nº29. Brasília: IPHAN, 2001.
- ARANTES, Otília. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2001.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. Tradução de Píer Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BANN, Stephen. *As Invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. Trad. Flávia Villas-Boas. São Paulo: EDUNESP, 1994.
- BARBOSA, Lauro Sérgio Versiani, DORNELAS, Humberto (orgs.). *Memórias de Ouro Preto*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1993.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2ª edição. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Loriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3ª edição. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Cidade e História*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- CASCO, Ana Carmem Amorim Jara. *Reinventando a cidade: um diálogo entre Marco Polo e o Imperador*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº29. Brasília: IPHAN, 2001.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Ed. Quarteto, 2001.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. *Memória e cidadania*. IN: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do patrimônio Histórico, 1992.

- FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e Modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. Belo Horizonte: UFMG/Departamento de História, 1998. (Dissertação de Mestrado)
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8ª edição. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jonatas Batista Neto. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- HALWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2ª edição. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1999. (Dissertação de Mestrado)
- MOTTA, Lia. *A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº22. Rio de Janeiro: IPHAN, 1987.
- _____. *Cidades mineiras e o IPHAN*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- NORA, Pierre. "General Introduction: Between Memory and History" in Nora, Pierre (org) *Realms of Memory: rethinking the French past (vol.1: conflicts and divisions)*. Columbia University Press, 1996.
- OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. *Gestão patrimonial em Ouro Preto: alcances e limites das políticas públicas preservacionistas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências. Pós-graduação em Geografia. Análise ambiental e dinâmica territorial. Campinas: Unicamp, 2005.
- PESAVENTO, Sandra. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- SCHIAVO, Cléa, ZETTEL, Jayme (orgs). *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Trad. Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SITTE, Camillo. *A construção da cidade segundo seus princípios artísticos*. Tradução de Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.

SÔLHA, Hélio Lemos. *A construção dos olhares: imagem e antropologia visual*. Campinas: Unicamp, 1998. (Dissertação de Mestrado)

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. Tradução de Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.